

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - PR

INTENÇÃO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2023

PROCESSO Nº 240/2023.

O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 47, Inciso XXIII da Lei Orgânica Municipal, e com amparo legal na Lei 8.666/93, em seu Art. 49 e;

CONSIDERANDO a deflagração do processo licitatório por meio do processo administrativo nº 18.674/2023.

CONSIDERANDO que a Tomada de Preços nº 12/2023 – Processo nº 240/2023 tem por objeto a contratação de empresa para execução da Reforma e Ampliação do CMEI do Menino Deus, com área total de 625,52m², sendo dessa área 399,84 m² de Reforma, e 225,68 m² de Ampliação. Localizado na Rua Varequeta, 160, Bairro Menino Deus, neste Município atendendo as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura.

CONSIDERANDO que o processo foi devidamente divulgado e publicado;

CONSIDERANDO que após abrir as propostas de preços encaminhadas pelas participantes foram constatadas divergências;

CONSIDERANDO que as divergências possuíam teor técnico, a Presidente da Comissão encaminhou as propostas para a Secretaria Municipal de Engenharia e Obras para proferir a análise;

CONSIDERANDO que as divergências tratam-se:

PLANILHA:

- Itens 1.12.2.20, 1.12.2.22 e 1.12.2.36 – descrição “(Código não identificado nas referências)”. Constata-se que na coluna fonte consta a descrição SINAPI, porém esse código não existe na planilha SINAPI, logo se pressupõe que na verdade trata-se de uma composição, já que o valor unitário é compatível com o valor da composição com o mesmo código;

Rua Caramuru, 271 • 85.501-064 • Pat
46. 3220-1544 • www.patobranco

- Item 1.13.5.3 – descrição “(Código não identificado nas referências)”. Na coluna fonte consta a descrição Cotação, porém esse código não existe na planilha de cotações, logo se pressupõe que na verdade trata-se de uma composição, já que o valor unitário é compatível com o valor da composição com o mesmo código;
- Item 1.17.0.1 – fonte e descrição incompatível. Na coluna fonte consta a descrição SINAPI, porém esse código não existe na planilha SINAPI, logo se pressupõe que na verdade trata-se de uma composição, já que o valor unitário é compatível com o valor da composição com o mesmo código. Além disso, a descrição não é compatível com a descrição da composição citada;
- Para os itens 1.13.1.1, 1.13.1.2, 1.13.6.1, 1.13.6.2, 1.13.6.3, 1.14.0.4, 1.14.0.10, 1.14.0.11 e 1.14.0.12 - descrição “CÓDIGO REPETIDO”. Examinando a planilha de composições verificou-se que para todos os itens citados há duas composições idênticas, o que fez com que a fórmula da planilha não descrevesse o serviço;
- Item 1.16.3.1 - a descrição desse item está diferente da descrição constante na planilha de composições. Esse erro existe também na planilha de todas as proponentes, porém não era possível de identificar analisando apenas as propostas;
- Itens 1.12.2.25, 1.12.3.19, 1.12.3.22, 1.13.3.1, 1.14.0.13, 1.14.0.20 e 1.16.4.9 - durante a análise, utilizou-se a planilha orçamentária formato .xls, onde existe uma coluna que alerta sobrepreços no orçamento. Esses itens possuem alerta indicando que estão acima da referência utilizada e não foi encontrada justificativa no processo.

COMPOSIÇÃO BDI:

- De acordo com o código tributário municipal, grupo 7 – Serviços relativos à engenharia, construção civil e congêneres, a alíquota do imposto sobre serviços (ISS) é 2% (dois por cento), porém na composição do BDI do orçamento estimado, a alíquota ISS utilizada foi de 5% (cinco por cento).

CONSIDERANDO que além das divergências encontradas das planilhas que levaram os participantes ao erro, foram encontrados outros erros considerados como vícios insanáveis;

CONSIDERANDO que a Presidente da Comissão Permanente de Licitações no uso de suas atribuições encaminhou o processo para a Gestora do processo, sugerindo a anulação do processo em epígrafe;

CONSIDERANDO que a Gestora do processo acatou a decisão de anulação do certame;

CONSIDERANDO que, de acordo com a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, a Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

A administração manifesta **INTENÇÃO** de **ANULAÇÃO** do processo licitatório Tomada de Preços nº 12/2023 - Processo nº 240/2023, nos termos e fundamentos acima descritos;

Em atendimento ao disposto no art. 49, § 3º, da Lei Federal 8.666/93, ficam os interessados intimados, em querendo se manifestar, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp).

Gabinete do Prefeito, em 25 de abril de 2024.

Robson Cantu
PREFEITO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CDF3-19EE-6BCE-E715

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROBSON CANTU (CPF 441.XXX.XXX-68) em 25/04/2024 10:15:01 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC Instituto Fenacon RFB G3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/CDF3-19EE-6BCE-E715>